

Pobreza e Tomada de Decisão: Implicações da Economia Comportamental para Política Pública

*Poverty and Decision Making:
Implications of Behavioral Economics for Public Policy*

Fernando Sérgio de Toledo Fonseca¹ 

Resumo: Um crescente acúmulo de pesquisas empíricas e experiências internacionais tem destacado as contribuições que a economia comportamental pode oferecer para explicação dos desafios do desenvolvimento e da pobreza. O objetivo deste artigo é apresentar diferentes abordagens do estudo da pobreza na perspectiva da economia comportamental, considerando a possibilidade de articulação entre elas. Realizou-se uma revisão teórica das evidências recentes oriundas da pesquisa comportamental. Parte das evidências de campo sugere que as dimensões motivacionais e cognitivas na formulação de políticas públicas podem contribuir para atenuação e superação da pobreza. Níveis mínimos de proteção social podem contribuir para a redução de sobrecargas cognitivas, melhorando a capacidade de tomada de decisão das famílias pobres. Desse modo, algumas sugestões são extraídas dessa revisão de literatura para o aprofundamento de pesquisas futuras e desenho de políticas de combate à pobreza nas condições brasileiras.

Palavras-chave: Pobreza multidimensional. Escolha intertemporal. Vieses comportamentais. Experimentos de campo.

¹ Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1037-7285>

Abstract: A growing accumulation of empirical research and international experiences has highlighted the contributions that behavioral economics can offer to further explain the challenges of development and poverty. The objective of this article is to present different approaches to the study of poverty from the perspective of behavioral economics, considering the possibility of articulation between them. A theoretical review of recent evidence from behavioral research was carried out. Part of this field evidence suggests that the motivational and cognitive dimensions in the formulation of public policies can contribute to the alleviation and overcoming of poverty. Minimum levels of social protection can contribute to the reduction of cognitive overloads, improving the decision-making capacity of poor families. In this way, some suggestions are extracted from this literature review to deepen future research and design policies to combat poverty in Brazilian conditions.

Keywords: Multidimensional poverty. Intertemporal choice. Behavioral biases. Field experiments.

JEL Classification: B50; D90; D91; G41.

1 INTRODUÇÃO

Várias abordagens teóricas e metodológicas têm convergido para a visão contemporânea da multidimensionalidade da pobreza com base nos *insights* da economia comportamental para compreensão do fenômeno. A economia comportamental é um campo de pesquisa relativamente recente, originário da incorporação, pela economia, de desenvolvimentos teóricos e descobertas empíricas no campo da psicologia. A esses se somaram as contribuições da neurociência e de outras ciências sociais e humanas.

A economia comportamental enxerga a realidade formada por indivíduos que decidem com base em hábitos, experiências pessoais e normas práticas simplificadas; tomam decisões rapidamente; têm dificuldade de conciliar interesses

de curto e longo prazo; e são fortemente influenciados por fatores emocionais (ÁVILA; BIANCHI, 2015).

Um sinal claro dos avanços na área é a atribuição de prêmios Nobel de Economia aos pesquisadores que militam em Economia Comportamental e Experimental. O prêmio foi concedido a Daniel Kahneman (2002), Vernon Smith (2002), Robert Shiller (2013) e Richard Thaler (2017). Mais recentemente, em 2019, o prêmio foi entregue para Esther Duflo e Abijit Banerjee, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), e Michael Kremer, da Universidade de Harvard, justificado pelo uso e difusão de experimentos randomizados controlados como ferramentas metodológicas úteis para coleta de dados empíricos e desenho de políticas de combate à pobreza.

Para Banerjee e Duflo (2012; 2020), é preciso resolver questões pontuais para melhorar a qualidade de vida dos pobres. Os autores enfatizam a necessidade de entender melhor o contexto em que vivem e como se comportam as populações em situação de extrema pobreza frente a questões como saúde, finanças, migração e educação. Por esse ângulo, os experimentos de campo podem oferecer aos gestores públicos melhores opções de políticas através de diagnósticos e avaliações de impacto.

Nesse contexto, uma vasta literatura tem identificado as vantagens de usar os *insights* da economia comportamental na luta contra a pobreza ao destacar a influência dos obstáculos internos para a tomada de decisão. Essa nova abordagem visa estudar o comportamento dos pobres e implementar políticas públicas, reconhecendo a ineficácia de muitos programas sociais baseados nos frágeis fundamentos psicológicos da teoria econômica tradicional (BERTRAND et al., 2004; KARLAN; APPEL, 2011; SPEARS, 2011).

Pesquisas nas áreas de psicologia e antropologia sugerem que a pobreza cria modelos mentais, no qual os pobres têm dificuldades de visualizar oportunidades no horizonte de tempo. Em especial, eles podem não ser capazes de imaginar uma vida melhor (APPADURAI, 2004; WDR, 2015). Nesse contexto, este artigo apresenta diferentes abordagens do estudo da pobreza na perspectiva da economia comportamental, considerando a possibilidade de articulação entre elas. A

perspectiva tradicional da cultura da pobreza, por exemplo, pode ser reinterpretada à luz da abordagem motivacional e cognitiva da escassez.

Ao considerar os *insights* comportamentais para políticas públicas, este artigo parte da hipótese de que o insucesso de muitos programas de combate à pobreza é explicado pelo fato de serem destinados a atender um público de “bons comportamentos”. Ou seja, indivíduos perfeitamente racionais e com preferências consistentes que atendam aos objetivos do programa. Dessa forma, não se avaliam as barreiras cognitivas a que estão sujeitas as populações que vivem em condições de escassez.

Além desta introdução, este artigo é composto por cinco seções. A segunda seção é dedicada às contribuições originadas da abordagem da “cultura da pobreza” de Oscar Lewis (1966). A terceira seção apresenta os desenvolvimentos recentes da economia comportamental do desenvolvimento, propiciando uma compreensão mais ampla das influências dos componentes psicológicos da pobreza na tomada de decisão. A quarta seção discute as implicações da economia comportamental para políticas de combate à pobreza. Por fim, a quinta seção apresenta algumas sugestões mais gerais para aprofundamento de pesquisas futuras e desenho de políticas de combate à pobreza nas condições brasileiras.

2 PADRÕES COMPORTAMENTAIS E A CULTURA DA POBREZA

Os contextos e as circunstâncias em que os pobres tomam decisões econômicas são substancialmente diferentes daqueles enfrentados pelos demais grupos da sociedade, e as consequências dessas decisões podem ser muito mais graves para a sobrevivência. Entre as várias explicações para entender a natureza das causas da pobreza, existe uma literatura que sugere que padrões comportamentais são relevantes para explicar a persistência do fenômeno.

Alguns desses padrões comportamentais foram identificados num estudo de campo em favelas do México e de Porto Rico na metade do século XX, pelo famoso antropólogo Oscar Lewis (1966). Essas comunidades pobres foram caracterizadas pela existência comum do desemprego e subemprego, baixo nível de alfabetização, falta de ativos e ausência de poupança. Para o autor, as preferências voltadas para

o presente, isto é, a pouca disposição de adiar gratificações imediatas, justificam o baixo nível de poupança entre os pobres. Esse conjunto de características observadas nessas comunidades foi associado por Lewis àquilo que se denominou de “cultura da pobreza”.

A partir de dados observacionais e experimentais, Karellis (2007) identificou cinco padrões comportamentais que, transcendendo tempo e espaço, podem explicar a persistência da pobreza entre gerações: a ausência de trabalho, a interrupção dos estudos, a falta de poupança para o futuro, o abuso de álcool e o envolvimento em atividades ilícitas.

Para o economista John Kenneth Galbraith (1979), algumas explicações acerca das causas do fenômeno da pobreza vão além das privações materiais. Ao estudar padrões comportamentais em comunidades rurais carentes, o economista diz não se surpreender ao observar que o pobre pode se acomodar à sua pobreza. Ele explica que o equilíbrio da pobreza é reforçado pela falta de aspiração – a ausência de esforço para fugir dessa condição: “A acomodação à cultura da pobreza é também inalterável, e isso, por sua vez, reforça o equilíbrio da pobreza porque suprime a aspiração a nível melhor.” (GALBRAITH, 1979, p. 71).

De acordo com sociólogo William Wilson (2012), o conceito teórico-chave para entender o comportamento dos verdadeiramente desfavorecidos (*The Truly Disadvantaged*), não é a cultura da pobreza, mas sim o conceito de isolamento social, por ele definido como a “[...] ausência de contato constante com indivíduos e instituições da sociedade dominante” (WILSON, 2012, p.60)². O isolamento social é potencializado em áreas com alta incidência de pobreza, implicando em falta de oportunidades e de perspectivas. O desenvolvimento de habilidades cognitivas, educacionais e laborais dos indivíduos são afetados em contextos de intensa privação, conduzindo-os a um ciclo vicioso de pobreza que se perpetua por gerações.

Nessa perspectiva, Wilson (2012, p. 61) enfatiza que o conceito de isolamento social não significa que os traços culturais são irrelevantes para a compreensão do comportamento dos indivíduos que vivem em áreas de pobreza altamente

² Tradução livre: “[...] the lack of contact or of sustained interaction with individuals and institutions that represent mainstream Society”(WILSON, 2012, p. 60).

concentradas; em vez disso, destaca o fato de que a cultura é uma resposta às restrições de oportunidades sociais. Os valores culturais emergem de circunstâncias sociais e oportunidades, refletindo a posição social de uma pessoa. A falta de aspirações, não é, em última análise, o produto de diferentes normas culturais, mas a consequência de oportunidades restritas, um futuro sombrio e sentimentos de resignação resultantes de experiências pessoais de privações diversas. A ampliação de oportunidades sociais seria o foco de uma política pública para combater a pobreza, explica o autor.

Em tese, a abordagem da cultura da pobreza sugere que o processo de tomada decisão individual nem sempre ocorre de forma consciente, por conta da influência do ambiente e das normas sociais a que os indivíduos estão sujeitos. As decisões “sub-ótimas” feitas por grupos de baixa renda são aquelas que resultam não de deliberação pessoal, mas de contextos culturais circunvizinhos que fazem com que algumas formas de comportamento pareçam “o que pessoas como nós gostam” (LEWIS, 1996; MOYNIHAN, 1965)³.

Os agentes, como seres sociais, se esforçam para se comportarem como os outros ao seu redor para serem reconhecidos como membros de um grupo social (SOBEL, 2005; PALUCK; SHEPHERD, 2012). Arkelof (1997), ao propor um modelo analítico de decisões sociais, a partir de exemplos etnográficos específicos, sugere que a incorporação de fatores sociais na análise da escolha racional pode contribuir para aumento do poder explicativo da teoria econômica convencional. Para o autor, aspectos socioeconômicos relacionados à classe social do indivíduo, preferências do grupo ao qual pertence e normas sociais são determinantes no processo decisório individual. Nesse sentido, políticas públicas orientadas para perspectiva comportamental estão reconhecendo cada vez mais a importância das normas sociais – isto é, como os indivíduos em determinado círculo social se comportam e tomam decisões econômicas (BEHAVIORAL INSIGHTS TEAM, 2010).

Nessa perspectiva, pesquisas recentes reconhecem que um conjunto de valores associados à conformidade e à tradição pode exercer um papel importante no processo decisório dos indivíduos que vivem em condição de pobreza. Com base

³ Tradução livre da citação: “[...] *what people like us do*” (LEWIS, 1996; MOYNIHAN, 1965).

em evidências de campo, o estudo de Tazouti e Jarlégan (2014) sugere que as condições de pobreza influenciam a formação de valores dos pais na educação dos seus filhos. Os resultados da pesquisa mostram que as famílias com alto nível socioeconômico tendem a ser mais exigentes na formação educacional e profissional de seus filhos, enquanto as famílias pobres tendem a se conformar com o baixo grau de instrução e com a falta de aspirações profissionais dos seus membros. O trabalho de Trail e Karney (2012) corrobora a relação entre baixo *status* socioeconômico, valores e tradição familiar, reforçando normas e crenças sociais para manutenção da pobreza.

Posto isso, o diagnóstico conservador da “cultura da pobreza” sugere que os pobres são os próprios responsáveis por sua situação de vulnerabilidade, graças ao desinteresse que têm por ações que poderiam melhorar sua situação. Segundo Campos Filho e Paiva (2017), a abordagem comportamental apresenta elementos que permitem questionar esse diagnóstico. O *mindset* dos que vivem em situação de pobreza não é um traço pessoal, mas, em grande medida, o resultado das condições ambientais produzidas pela própria escassez.

Mullainathan e Shafir (2010) sugerem que os pobres podem exibir os mesmos vieses comportamentais das pessoas de outras classes sociais, exceto que, na pobreza, os mesmos comportamentos, muitas vezes, se manifestam de forma mais pronunciada e podem levar a piores resultados no processo decisório, como será exposto a seguir.

3 TEORIAS DA POBREZA NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA COMPORTAMENTAL

A pesquisa comportamental aplicada vem ganhando força com o crescente reconhecimento da necessidade de novos referenciais teóricos e procedimentos metodológicos para resolver questões complexas relacionadas ao desenvolvimento e à pobreza. A avaliação de políticas públicas demanda estudos que integrem dados observacionais e experimentais. Os experimentos randomizados controlados (randomized controlled trials) são os experimentos de campo mais comuns na literatura do desenvolvimento. A partir da aleatorização dos indivíduos em grupos de controle e de tratamento, os resultados de uma intervenção tornam-se passíveis

de comparação, permitindo estabelecer fatores causais relevantes do comportamento sob observação (GLANNERSTER; TAKAVARASHA, 2013).

De modo geral, os economistas comportamentais acreditam que a arquitetura de programas sociais pode alterar, de forma previsível, as escolhas dos seus potenciais beneficiários e, em direções que lhe sejam favoráveis, então, podem aumentar seus efeitos. Portanto, o debate é pragmático: como adequar o desenho dos programas sociais às limitadas capacidades cognitivas dos agentes, que são ainda mais debilitadas em situação de escassez? Como aumentar o efeito desses programas?

Esta seção aborda os desenvolvimentos recentes que superam fronteiras disciplinares, a fim de propiciar uma compreensão mais ampla dos componentes psicológicos da pobreza para entender como estes se associam a diferentes barreiras cognitivas na tomada de decisão econômica. Diante da complexidade do fenômeno, este artigo se concentra em apresentar argumentos relacionados à falta de aspirações, afetos negativos (saúde mental), sobrecarga cognitiva, depleção do ego e escolha intertemporal (viés do presente).

3.1 Pobreza e Falta de Aspirações

A visão clássica segundo a qual a pobreza consiste na privação material ou na falta de renda é apenas uma das dimensões da pobreza. Amartya Sen (2010), economista-filósofo laureado Prêmio Nobel, argumenta há alguns anos que a pobreza consiste, na realidade, na privação de algumas capacidades (capabilities)⁴ básicas que se exige minimamente das pessoas. O que as pessoas realmente são capazes de fazer e ser? Quais oportunidades reais estão disponíveis para elas?

As contribuições originadas da abordagem das capacidades de Sen (2010) caracterizam a pobreza como ausência de liberdade, bem como a discussão da

⁴ “Capability” é o termo empregado por Sen que deriva da fusão de “capacity” (capacidade) e “hability” (habilidade). Devido à dificuldade de tradução da palavra “capability” para o português, optou-se pela utilização do termo “capacidade”, que melhor expressa a ideia de oportunidades reais e liberdades substantivas. “Capacidade” denota a pura potência, no sentido aristotélico, do indivíduo de se alterar, transformar e conquistar alguma coisa, seja um estado ou uma atividade.

deficiência de capacidades ligada à dificuldade de exercer escolhas. Essa perspectiva abre espaço para a análise do fenômeno da pobreza nas dimensões institucionais, sociológicas e, sobretudo motivacionais e cognitivas.

Por esse ângulo, alguns pesquisadores que vêm investigando dimensões motivacionais e cognitivas na tomada de decisão econômica no contexto da escassez, caracterizam o baixo nível de aspirações como um dos fatores responsáveis para a perpetuação da pobreza, uma vez que, comparativamente às outras classes sociais, os pobres têm mais dificuldades de enxergar seus próprios talentos, visualizar oportunidades potenciais e estabelecer metas para o futuro.

A partir da abordagem das capacidades de Sen (2010), Nussbaum (2011) distingue, por um lado, capacidades internas, que são condições (físicas, mentais ou do caráter) que tornam uma pessoa capaz de escolher entre vários funcionamentos (functionings)⁵ que considera valiosos e, por outro lado, capacidades externas, que se referem às condições materiais e sociais que tornam de fato disponíveis determinadas opções. A perspectiva da autora é importante para a análise das aspirações como capacidade interna para realizar importantes funcionamentos sob as lentes da economia comportamental.

O antropólogo Arjun Appadurai atraiu a atenção dos economistas ao fazer algumas conexões entre a persistência da pobreza e baixa capacidade a aspirar. Ele argumentou que os pobres podem não ter capacidade a aspirar. Assim, ao fortalecer esse aspecto, concebido como uma capacitação cultural: “[...] a lógica de desenvolvimento voltada para o futuro poderia ter um aliado natural, e os pobres poderiam encontrar os recursos necessários para desafiar e transformar as condições de sua própria pobreza.” (APPADURAI, 2004, p. 59)⁶.

⁵ De acordo com Sen (2012), o bem-estar de uma pessoa pode ser medido em termos da qualidade do seu estado, consistindo num conjunto de “funcionamentos” inter-relacionados, que abrangem estados e ações. Os funcionamentos relevantes podem variar desde coisas elementares, como estar nutrido adequadamente, livre de doenças que podem ser evitadas, da morte prematura, até realizações mais complexas, tais como ser feliz, ter respeito próprio, participar da comunidade e assim por diante.

⁶ Tradução livre da citação: “[...] the future-oriented logic of development could find a natural ally, and the poor could find the resources required to contest and alter the conditions of their own poverty” (APPADURAI, 2004, p. 59).

Um grande número de experimentos de campo tem encontrado evidências acerca das relações entre a armadilha de aspirações e a perpetuação da pobreza. A essência da armadilha de aspirações é que privações ou exclusão social podem afetar o comportamento de uma pessoa de forma que ela não aspire a metas e atividades que melhor serviriam a seus interesses, mesmo que seus recursos, capacidades e restrições pudessem permitir-lhes fazê-lo: “[...] Se as pessoas não conseguem imaginar a si mesmas alcançando o objetivo, por exemplo, por não confiarem em suas habilidades, dificilmente se disporão a enfrentar o desafio.” (FLECHTNER, 2016, p. 16-17)⁷.

Alguns estudos têm associado a supressão de aspirações ao baixo desempenho acadêmico e, conseqüentemente, à falta de realização profissional. No contexto educacional, pesquisas recentes evidenciam que estudantes pobres são menos motivados no desenvolvimento de atividades escolares comparativamente aos estudantes oriundos de classes abastadas (GARRIOTT *et al.*, 2013; MCCOY *et al.*, 2015). No âmbito profissional alguns estudos sugerem que a condição de pobreza está relacionada com piores vagas e salários mais baixos no mercado de trabalho (SCHOON, 2014; LEE *et al.*, 2012) e à falta de objetivos profissionais (GUTMAN; SCHOON, 2012; COCHRAN *et al.*, 2011).

Tynkkynen, Vuori e Salmela-Aro (2012) realizaram um estudo com 1.034 estudantes adolescentes, 720 mães e 542 pais, em onze escolas de duas cidades de médio porte na Finlândia, sobre as relações entre controle psicológico,⁸ aspirações educacionais dos pais em relação aos filhos, condições socioeconômicas e desempenho escolar dos adolescentes. O estudo revelou que o controle psicológico era mais utilizado nas famílias de baixa renda, justificado pelos eventos estressantes em situação de escassez, aumentando a hostilidade e severidade dos pais em relação aos filhos, comprometendo, assim, o desempenho escolar deles.

⁷ Tradução livre da citação: “[...] if people are unable to see themselves obtaining the achievement before their mind’s eye, for example because they do not believe in their abilities, they will hardly take up the challenge.” (FLECHTNER, 2016, p. 16-17).

⁸ Os autores definem controle psicológico como um “tipo de controle coercitivo, passivo-agressivo e intrusivo, caracterizado pela hostilidade em relação ao adolescente”. Supõe-se que o controle psicológico reflita a necessidade dos pais de proteger seu poder psicológico sobre a criança.

Tynkkynen, Vuori e Salmela-Aro (2012) também identificaram que o ambiente familiar hostil e as baixas aspirações dos pais em relação aos filhos têm impacto negativo no desempenho escolar dos adolescentes pertencentes as famílias pobres comparativamente às famílias com rendas mais altas. Portanto, as características do ambiente familiar e as crenças dos pais têm forte influência sobre as aspirações educacionais e profissionais dos filhos.

Outros trabalhos avançaram no entendimento das relações de causalidade entre as aspirações e o complexo fenômeno da pobreza (ALSOP; BERTELSEN; HOLLAND, 2006; GALAB *et al.* 2013; NGUYEN, 2008; YAMAUCHI, 2007; DUFLO, 2012). Os esforços dos estudos da economia comportamental para identificar vieses cognitivos podem ajudar a abrir a caixa preta acerca da formação endógena das aspirações. De fato, vários mecanismos sociais e cognitivos que são discutidos por economistas comportamentais podem ser proveitosamente transferidos para a análise econômica das aspirações.

Por esse prisma, como bem lembram Gore *et al.* (2015), o conhecimento superficial acerca das relações entre pobreza e aspirações, muitas vezes, justificam a implantação de políticas de intervenção social simplistas. Portanto, esse é um campo em que a complexidade prevalece, merecendo estudos mais aprofundados sobre o assunto.

3.2 Pobreza e Saúde Mental

Uma literatura recente na fronteira entre economia e psicologia está investigando as relações entre pobreza, afetos negativos⁹ e tomada de decisão econômica. Atualmente, alguns levantamentos domiciliares já incluem medidas que podem ajudar na avaliação do bem-estar psicológico dos respondentes.

⁹ O termo afeto negativo também é utilizado na literatura pertinente ao assunto para expressar transtornos mentais relacionados à depressão, ansiedade, tristeza, falta de aspirações e estresse (ver HAUSHOFER; FEHR, 2015, p. 140-155).

Buscam, sobretudo, avaliar se os indivíduos apresentam sintomas de estresse ou depressão.

Um estudo sobre transtornos mentais da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2017) estima que mais 300 milhões de pessoas em todo o mundo são afetadas pela depressão. Alguns estudos empíricos sugerem que os pobres são potencialmente suscetíveis a apresentar problemas de depressão, transtornos de ansiedade e estresse pelas adversidades que enfrentam. Nesse sentido, a renda e as condições socioeconômicas dos indivíduos têm correlações conhecidas com o estresse e a ansiedade (CHEN; COHEN; MILLER, 2010; EVANS; ENGLISH, 2002; LUPIEN *et al.*, 2001), com os níveis do hormônio do estresse (COHEN; DOYLE; BAUM, 2006; LI *et al.*, 2007; HAUSHOFER; SHAPIRO, 2013) e com a depressão (DEAN; SCHILBACH; SCHOFIELD, 2017; QUIDT; HAUSHOFER, 2016; CASE; DEATON, 2009).

Lund *et al.* (2010) realizaram uma revisão sistemática da literatura epidemiológica nos países em desenvolvimento com o propósito de examinar a relação entre transtornos mentais e pobreza. Com base em análise multivariada de 115 estudos publicados, verificou-se que a maioria dessas pesquisas (79%) acusou associação positiva entre indicadores de pobreza e transtornos mentais, ou seja, quanto mais elevados os indicadores de pobreza de um país maior a incidência de transtornos mentais (depressão, ansiedade e estresse). Case e Deaton (2009), por exemplo, relatam em seu estudo a alta incidência de pessoas que sofrem de sintomas de depressão e ansiedade em comunidades pobres nas zonas rurais da Índia e África do Sul.

Para Duflo (2012), a falta de infraestrutura básica, que torna as tarefas do cotidiano mais difíceis, também é fonte de estresse para os mais pobres. A autora relata que, no Marrocos, um programa de saneamento básico para pessoas de uma comunidade pobre, envolvendo canalização e fornecimento de água potável, resultou na redução do estresse e a melhoria na satisfação com a vida dos beneficiários do programa.

A falta de aspirações ou excesso de preocupação com o futuro também tem um importante papel na avaliação do bem-estar psicológico. Evidências de campo

sugerem que choques negativos induzem a aumentos de níveis de cortisol nas pessoas. Na maioria dos experimentos, realiza-se o exame do cortisol salivar para diagnosticar estresse dos participantes.

Em comunidades rurais de uma região semiárida no Quênia, Haushofer, Laat e Chemin (2012) associam o nível de chuvas com o excesso de preocupação das pessoas a partir de níveis de cortisol. As famílias do estudo são particularmente dependentes da agricultura, e os baixos volumes de chuvas sinalizam colheita ruim no futuro. Controlando os efeitos fixos mensais e de localização, os autores descobriram que os níveis de cortisol são menores quando a precipitação pluviométrica é maior. Portanto, os pesquisadores sugerem que choques negativos ocasionados pela quebra de safra devido à escassez de chuvas tendem a ser desencadeadores de estresse e depressão.

Pesquisas apontam também que os afetos negativos, tais como depressão, falta de aspirações e estresse, podem afetar a percepção de futuro dos indivíduos, sobretudo os mais pobres. Psicólogos mostraram que a depressão estimula o desenvolvimento de um "estilo explicativo pessimista" (pessimistic explanatory style). Segundo Peterson, Meier e Seligman (2005), ao contrário dos indivíduos otimistas, os indivíduos deprimidos são mais propensos a ver os maus eventos como culpa deles. Por sua vez, um estilo explicativo pessimista desencadeia a depressão, produzindo previsões negativas para o futuro, que promovem passividade e menor resiliência.

Jennifer Lerner, Li e Weber (2012) realizaram experimentos em dois laboratórios diferentes com cerca de 600 participantes, que foram induzidos a diferentes estados de humor a partir de dois tipos de filmes: triste e neutro. No grupo exposto a filmes que provocavam tristeza, foi registrado um aumento no nível de impaciência de seus participantes, levando-os a preferir recompensas financeiras de menor valor no presente, em vez de recompensas maiores no futuro.

De uma forma geral, as pesquisas mostram que os afetos negativos provocam o aumento nos níveis de cortisol e aumentam a impaciência ou o desconto intertemporal, ao passo que afetos positivos têm efeito contrário (IFCHER; ZARGHAMEE, 2011; CORNELISSE *et al.*, 2014; VESTERGAARD *et al.*, 2018).

Apesar das pesquisas aqui relatadas, há poucas evidências conclusivas sobre os efeitos causais de diferentes intervenções para amenizar a pobreza sobre o bem-estar psicológico e tomada de decisão econômica. Segundo Haushofer e Fehr (2015), o elo mais fraco da relação causal que os pesquisadores buscam estabelecer é o efeito do estresse e do afeto negativo, pois ainda não há respostas satisfatórias quanto aos seus efeitos sobre o comportamento econômico.

3.3 Pobreza e Sobrecarga Cognitiva

O problema da escassez é fundamental para entender as nuances comportamentais no âmbito da tomada de decisão das pessoas que vivem em condição de pobreza. Para Mullainathan e Shafir (2013), a avaliação é que os pobres podem tomar decisões críticas com seus recursos cognitivos e de autocontrole exauridos. Consequentemente, esses indivíduos têm maiores chances de cometerem erros e tomarem decisões de baixa qualidade.

Os pobres estão expostos a maior restrição orçamentária, o que aumenta a necessidade de ponderar custos de oportunidade, sobrecarregando os seus recursos cognitivos. Segundo Mullainathan e Shafir (2013), a largura da banda mental (mental bandwidth) acaba sendo consumida em tarefas relativamente simples. Desse modo, os indivíduos devem gastar diariamente uma grande quantidade de energia mental para apenas assegurar o acesso às necessidades básicas, tais como obter alimentos e água potável, tendo menos energia para tomar decisões “corretas” do que aqueles que vivem em locais de boa infraestrutura e boas instituições.

A sobrecarga cognitiva dificulta o pensamento deliberativo dos indivíduos, fazendo com que simplifiquem os problemas e avaliem o mundo através de “molduras estreitas” (narrow frames) a partir do seu sistema de crenças. Portanto, a probabilidade de erros é potencializada pela sobrecarga cognitiva imposta pela situação de escassez (KAHNEMAN, 2013; DELLAVIGNA, 2009).

Segundo Mullainathan e Shafir (2013), o tunelamento (tunneling) é outro efeito provocado pela escassez. A tomada de decisão torna-se excessivamente

focada, comumente associada a decisões de baixa qualidade. O indivíduo enfrenta um problema saliente e imediato, em torno do qual se forma um “túnel” de atenção. Em especial, as preocupações financeiras urgentes associadas à pobreza modificam a forma como as pessoas alocam sua atenção: as pessoas geram um foco intenso nos problemas do presente, negligenciando os outros do futuro. Por exemplo, a falta de renda numa família pobre incentiva os pais a retirarem seus filhos da escola para trabalhar, gerando consequências negativas na vida das crianças no futuro.

Nessa perspectiva, a economia comportamental sugere que indivíduos em condição de pobreza frequentemente se engajam em comportamentos inadequados, como empréstimos excessivos, endividamento e consumo imediato, que reforçam as condições de pobreza. Como visto, algumas explicações para esses comportamentos inadequados foram discutidas por Lewis (1966) com base na tese da cultura da pobreza. Outros pesquisadores reforçam a ideia de que os fatores ambientais, como condições precárias de moradia ou falta de acesso aos serviços públicos e financeiros, influenciam comportamentos (ALLARD, 2004; BECK; DEMIRGÜÇ-KUNT; LEVINE, 2007).

Ao contrário dessas abordagens, Shah, Mullainathan e Shafir (2012) consideram que tais comportamentos resultam simplesmente da situação de escassez. Os autores sugerem que a escassez muda a forma como as pessoas atribuem atenção, levando-as a se envolverem mais profundamente com alguns problemas, negligenciando outros. Os experimentos em laboratório realizados pelos mesmos pesquisadores mostram que a escassez leva a mudanças do foco de atenção dos indivíduos que dispõem de poucos recursos para resolver problemas financeiros. O experimento ajudou a explicar o superendividamento dos indivíduos em situação de pobreza, por exemplo.

Mani *et al.* (2013) realizaram um experimento randomizado controlado com agricultores de cana-de-açúcar em 54 aldeias rurais em dois distritos de Tamil Nadu, Índia, com o propósito de investigar a hipótese de que pobreza prejudica diretamente a função ou habilidade cognitiva. Eles examinaram o desempenho cognitivo dos agricultores antes, durante e depois da colheita e constataram que havia uma diminuição do desempenho cognitivo antes da safra. Para os

pesquisadores, esse resultado não pode ser atribuído simplesmente ao estresse, mas deve ser explicado pela própria situação de escassez. Antes da colheita, os agricultores estão sujeitos a uma maior escassez de recursos financeiros e, conseqüentemente, estresse, o que consome parte dos seus recursos mentais.

Essas evidências corroboram as conclusões de Mullainathan e Shafir (2013). A escassez tornaria os indivíduos cegos em relação a fatores periféricos, fora do túnel. A sobrecarga cognitiva e a limitação do campo visual no contexto da escassez podem induzir os indivíduos a um ciclo vicioso de tomada de decisão econômica que contribui para a perpetuação da pobreza, uma vez que as preocupações que aprisionam as suas mentes podem gerar um intenso foco voltado para o presente. Como resultado, muitos deles perdem parte da sua capacidade de planejar e manter seus objetivos futuros.

Por outro lado, a generalidade desses resultados experimentais foi questionada por Carvalho, Meier e Wang (2016) em uma pesquisa realizada com 1.119 funcionários de uma empresa, que auferiam renda média familiar de aproximadamente US\$ 40 mil/ano. No experimento, os pesquisadores avaliaram a capacidade cognitiva dos trabalhadores antes e depois do dia do pagamento do salário. Os funcionários foram aleatoriamente distribuídos em dois grupos, o grupo de tratamento com indivíduos com menos recursos financeiros (antes do dia do pagamento) e o grupo de controle com indivíduos com mais recursos financeiros (após o dia do pagamento), a fim de se comparar decisões econômicas e capacidade cognitiva entre eles.

Os testes do experimento realizados por Carvalho, Meier e Wang (2016) não foram estatisticamente significantes, pois não houve mudanças relevantes na função cognitiva entre os grupos de controle e tratamento. Os autores sugerem que os pobres são racionalmente adaptados a tomarem decisões de acordo com o seu ambiente econômico, e que os resultados de suas escolhas intertemporais estão muito mais voltados para a restrição de liquidez do que para as questões envolvendo capacidade cognitiva.

Com base nas evidências apresentadas nesta seção, abre-se um campo fértil para os economistas comportamentais realizarem novas pesquisas empíricas que

aprofundem as relações causais entre escassez, função cognitiva e tomada de decisão econômica.

3.4 Pobreza e Depleção do Ego

Alguns estudos na área da pesquisa comportamental avançaram na análise de mecanismos que associam os problemas de autocontrole com força de vontade limitada (limited willpower) no processo decisório individual. A depleção do ego (ego-depletion), termo utilizado originalmente por Baumeister *et al.* (1998), por exemplo, sugere que o autocontrole é produzido com um estoque de força de vontade limitada, que, por sua vez, é utilizado temporariamente quando as pessoas regulam suas emoções ou resistem à tentação. Assim, “[...] Se resistir à tentação utiliza algum tipo de força ou energia, então esta se esgotará posteriormente, e a persistência subsequente deverá diminuir.” (BAUMEISTER *et al.*, 1998, p. 1254)¹⁰.

Embora as teses da depleção do ego e da força de vontade limitada não tivessem sido originalmente concebidas para caracterizar a psicologia da pobreza, segundo Spears (2011), a necessidade de autocontrole pode surgir de forma mais intensa, especialmente para os mais pobres. Esse efeito é reforçado pelo fato de muito dos bens que os pobres desejarão no futuro, como um carro, uma casa própria ou admissão do seu filho numa faculdade, serem relativamente dispendiosos.

Como resultado, quando essas pessoas têm alguma disponibilidade de dinheiro, os bens tentadores poderão se impor no processo de escolha, adiando assim a realização de poupança que fariam para adquirir um determinado bem. O resultado é um círculo vicioso: “[...] poupar é menos atraente para os pobres, pois para eles o objetivo tende a estar muito longe e sabem que haverá muitas tentações ao longo do caminho.” (BARNERJEE; DUFLO, 2012, p. 259).

Alguns estudos mostram que os pobres têm menor capacidade de resistir aos impulsos, sendo mais suscetíveis à depleção do ego. Por esse prisma, Johnson,

¹⁰ Tradução livre da: “[...] if resisting temptation uses some kind of strength or energy, then this will be depleted afterward, and subsequent persistence should decrease.” (BAUMEISTER *et al.*, 1998, p. 1254).

Richeson e Finkel (2011) realizaram um estudo com 264 estudantes de baixa renda de uma universidade de elite norte-americana para entender as relações entre *status* socioeconômico, estigma social e autocontrole. Os resultados mostraram que quanto menor a renda do indivíduo, maiores eram as preocupações em se ajustar aos padrões de uma universidade de elite e maior era a percepção de não pertencimento àquela comunidade acadêmica (estigma social). Após realização de testes de autocontrole, os autores concluíram que os estudantes de baixa renda são mais suscetíveis à depleção do ego, comprometendo, assim, seu desempenho acadêmico.

Nesse caso, o excesso de preocupações aliado à percepção de forte desaprovação de características ou crenças pessoais resultam em menos recursos cognitivos dos estudantes de baixa renda para se ajustar academicamente aos seus pares de classes mais elevadas. Portanto, segundo Johnson, Richeson e Finkel (2011), torna-se imperativo entender como a influência das identidades sociais persiste depois que estudantes de baixa renda chegam ao ensino universitário.

Alguns trabalhos apresentam evidências de que os problemas de autocontrole afetam as escolhas de poupança e consumo dos indivíduos que vivem em situação de escassez, como Dupas e Robinson (2013), Ashraf, Karlan e Yin (2006), Karlan *et al.* (2013) e Prina (2013). Outras pesquisas, como Aleem (1990) e Banerjee e Mullainathan (2010), detalham casos em que os pobres não conseguem tirar proveito de pequenas oportunidades de investimento de alto retorno, por conta dos problemas de autocontrole; ou seja, os pobres são mais propensos a tomar empréstimos rotineiramente a altas taxas de juros e se endividarem.

Esses resultados levam a crer que a capacidade de adiar uma recompensa pode estar relacionada às diferentes condições socioeconômicas. No conhecido teste do *marshmallow*, idealizado e desenvolvido por Mischel (2014), a capacidade das crianças em adiar sua gratificação, concordando em esperar 15 minutos para obter dois doces, ao invés de um só, mostrou-se um bom indicador do êxito futuro dessas crianças, mensurado a partir de seu desempenho escolar e outros testes de competência. Em poucas palavras, crianças capazes de renunciar a um consumo imediato em favor de um consumo maior no futuro tornavam-se, mais tarde, mais

bem-sucedidas na escola e mais inteligentes, e esse autocontrole permitia prever um melhor desempenho ao longo de toda sua vida.

Essa interpretação foi contestada, porém, em um outro experimento, feito com uma amostra dez vezes maior de crianças, de diferentes condições socioeconômicas (WATTS; DUNCAN; QUAN, 2018). O teste revelou que as crianças de famílias ricas eram bem mais capazes de esperar os 15 minutos necessários para ganhar um segundo doce. Diante disso, os pesquisadores passaram a concluir que o sucesso de longo prazo das crianças com maior autocontrole podia ser explicado pelo fato de serem provenientes de famílias mais ricas, nas quais não havia tanta insegurança em relação ao que o futuro lhes reservava; não precisavam consumir logo, porque confiavam na possibilidade de obter, dali a pouco tempo, o doce desejado.

Portanto, grande parte da literatura empírica em economia comportamental tem estudado como os problemas de autocontrole influenciam a tomada de decisão econômica. No entanto, as evidências acerca do impacto causal da renda, da pobreza ou de outros fatores que afetam capacidade cognitiva, autocontrole e preferências intertemporais ainda são escassas. De modo mais geral, tem-se apenas uma compreensão limitada dos determinantes subjacentes dos problemas de autocontrole e suas causas (DEAN; SCHILBACH; SCHOFIELD. 2017).

3.5 Pobreza e Escolha Intertemporal: o Viés do Presente

A escolha intertemporal constitui uma área de pesquisa de grande relevância para a economia. Segundo Camerer e Loewenstein (2004), o problema fundamental da economia é compreender como os indivíduos trocam custos e benefícios que se situam em diferentes pontos ao longo do tempo. Isso se justifica porque grande parte das decisões econômicas compreende mais de um período de tempo, o que requer análises intertemporais para entender padrões de comportamentos relevantes, tais como investimento, poupança e consumo.

Segundo Dhami (2016), a ideia básica na maioria das teorias modernas de escolha intertemporal é que o adiamento do recebimento de uma recompensa

imediate pode aumentar o seu valor, devido à remuneração dos juros sobre o montante ao longo do tempo. No entanto, recompensas adiadas são menos “valiosas” para indivíduos impacientes.

Nesse contexto, de acordo com Frederick, Loewenstein e O’Donoghue (2004), o termo “desconto hiperbólico” é frequentemente usado para indicar que uma pessoa tem uma taxa de desconto declinante ao longo do tempo. Várias pesquisas envolvendo escolha intertemporal têm apresentado evidências de descontos hiperbólicos. Ou seja, esses estudos têm constatado que quando os indivíduos são convidados a comparar uma gratificação monetária menor e imediata a uma gratificação monetária maior e posterior, verifica-se que a taxa de desconto implícita em horizontes de tempo mais longos é menor que a taxa de desconto implícita em horizontes de tempo mais curtos (STROTZ, 1956; PHELPS; POLLAK, 1968; LOEWENSTEIN; PRELEC, 1992; LAIBSON, 1997).

Na literatura econômica recente, adotou-se a expressão “viés do presente” para descrever esse tipo de preferência com função desconto quase-hiperbólica, conforme aponta Thaler (2016). A partir desse conceito, os economistas comportamentais medem o excesso de peso dado ao presente pelas pessoas – o imediatismo –, buscando entender as razões do porquê da resistência das pessoas a abrir mão do consumo presente em troca de poupar e elevar seus recursos no futuro.

Os efeitos deletérios do viés do presente no contexto da pobreza implicam em erros sistemáticos na tomada de decisão. Alguns trabalhos na área da pesquisa comportamental sugerem que os indivíduos impacientes são menos propensos a cuidar da saúde, fazer exercícios físicos e manter alimentação saudável, por exemplo (LEHTO *et al.*, 2013; EVANS; FULLER-ROWELL; DOAN, 2012). Em condição de pobreza, maior a dificuldade de as pessoas romperem com os vícios do álcool, tabaco entre outras drogas, tornando-as mais suscetíveis a desenvolverem doenças mentais (PERETTI-WATEL, L’HARIDON; SEROR, 2013).

No contexto da tomada de decisão econômica, os pobres têm maiores chances de cometerem erros e decisões de baixa qualidade. A capacidade de poupar, por exemplo, depende de cálculos intertemporais relativamente complexos e de

autocontrole. Segundo Mullainathan e Shafir (2013), previsivelmente os pobres não apenas teriam menor capacidade de poupança, mas também dificuldade de computar os possíveis ganhos de longo prazo para a poupança e em conter impulsos para o consumo imediato, nas raras circunstâncias de sobra de recursos financeiros.

Para entender os fatores que limitam a tomada de decisão em relação à poupança no contexto da pobreza, Pascaline Dupas e Jonathan Robinson (2013) realizaram experimento de campo em áreas rurais do Quênia. O estudo teve como base um sistema de poupança comunitária - Associações de Poupança e Crédito Rotativo (ROSCA - Rotating Saving and Credit Associations) - com tecnologias de poupança informal (não bancária). Como resultado geral, verificou-se que a oferta de poupança informal aumentou substancialmente o investimento em saúde preventiva, ajudando a reduzir a vulnerabilidade aos choques de saúde nas comunidades pobres pesquisadas. O fornecimento de um lugar seguro para guardar o dinheiro era suficiente para aumentar a poupança destinada à saúde, através do efeito de contabilidade mental.

No entanto, entre os participantes desse mesmo estudo com viés do presente, o volume de depósitos não aumentou. Dupas e Robinson (2013) sugerem que as tecnologias de poupança informal podem não ser suficientes para aumentar a poupança dos indivíduos que apresentem esse tipo de preferência, havendo a necessidade de combinar seu acesso à poupança com algum mecanismo de compromisso. Portanto, segundo os autores, o viés do presente pode provocar os lapsos de autocontrole, tendendo a ser mais oneroso para aqueles que vivem na pobreza.

Outros estudos relacionaram mais diretamente as variações da taxa de desconto com diferentes perfis de comportamento de poupança, endividamento, fatores econômicos e demográficos, permitindo identificar o viés do presente e a baixa tendência à poupança (HARRISON *et al.*, 2002; MEIER; SPRENGER, 2009, WANG; RIEGER; HENS, 2016). Por exemplo, um levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisas Datafolha (2017) para medir o grau do imediatismo ou viés

do presente identificou que a “paciência” do brasileiro é de 0,26, número que mostra “imediatismo exacerbado”, segundo a pesquisa.¹¹

O levantamento mostra ainda que 65% não poupam para o futuro, revelando imediatismo forte em todas as classes da população, mas, maior entre os menos escolarizados e mais pobres. Uma das explicações para a potencialização do viés do presente na pobreza está relacionada à “Psicologia da Pobreza”, conforme alguns estudos aqui apresentados. Ou seja, a preocupação com a sobrevivência diária captura a atenção, memória e controle da impulsividade, fazendo o indivíduo focar no curto prazo e cometer erros que perpetuam sua pobreza (HAUSHOFER; FEHR, 2015). Dessa forma, essas famílias devotam menos atenção para outras questões importantes, tais como saúde, educação e, até mesmo, poupança.

4 ECONOMIA COMPORTAMENTAL E POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA

No âmbito das políticas públicas, é frequente o desenho e a implementação de programas governamentais com base em postulados comportamentais da teoria econômica tradicional, de modo a atender às expectativas do seu público-alvo: os agentes têm preferências completas, são maximizadores de utilidade e suas escolhas são consistentes em termos intertemporais. No entanto, no mundo real, os agentes utilizam heurísticas para lidar com problemas complexos, tomam decisões de modo automático e intuitivo, agem de acordo com suas crenças e normas sociais, são avessos a perdas, imediatistas e avaliam previamente a sua situação a partir de pontos de referência.

A aplicação de *insights* comportamentais às políticas públicas é recente no campo da economia comportamental. Com base em evidências empíricas obtidas pelas ciências comportamentais, alguns consensos sobre aspectos importantes da natureza humana foram sendo constituídos, como o impacto dos fatores sociais, cognitivos e emocionais no comportamento. Tais fatores têm sido objeto de intervenção de políticas públicas voltadas a modificar as ações dos indivíduos.

¹¹ Segundo o Instituto de Pesquisas Datafolha (2017), com base numa amostra 45 países, os maiores níveis de paciência foram encontrados nos Estados Unidos (0,77), nos países anglo-saxões (0,76) e no Japão (0,70). O menor resultado foi o da Rússia (0,21).

De acordo com Campos Filho e Paiva (2017:2), ao se admitir que os beneficiários de uma política pública ou programa social possuem capacidade limitada de atenção, de processamento de informação e de autocontrole, o desenho dessas políticas deve ponderar a ocorrência de erros previsíveis e de desvios em relação ao que seria esperado se estivesse lidando com agentes dotados de racionalidade plena.

O reconhecimento desses vieses cognitivos, por exemplo, tem ajudado no desenho e implementação de programas sociais na Bolívia, no Peru, nas Filipinas e no Quênia. Esses programas têm auxiliado os pobres a atingirem seus objetivos estabelecidos em termos de poupança, através do uso de lembretes e mecanismos de compromisso que tornam os objetivos mais salientes (KARLAN *et al.*, 2012; DUPAS; ROBINSON, 2013). Essas pequenas intervenções chamadas nudges¹² têm contribuído para elaboração de políticas públicas mais eficientes nas áreas da saúde, serviços financeiros, educação, agricultura, em vários países em desenvolvimento.¹³

Para Fell e Hewstone (2015), a pobreza não é, e não deve ser considerada, uma questão psicológica. É uma questão econômica, com consequências psicológicas. Portanto, qualquer intervenção ou decisão política voltada exclusivamente para os aspectos psicológicos da pobreza tratará os sintomas, não a causa. Nesse contexto, o combate contra a pobreza se beneficiaria de soluções para problemas concretos enfrentados pelos pobres. Como visto, o excesso de preocupação com as condições básicas de sobrevivência, como a falta de acesso à água e alimentação, por exemplo, sobrecarrega o sistema cognitivo e limita o processamento de informação. Assim sendo, a arquitetura de escolha dos programas sociais precisa levar isso em consideração, facilitando a tomada de decisões, por parte dos potenciais beneficiários (BANERJEE; DUFLO, 2012; CAMPOS FILHO; PAIVA, 2017).

¹² A função das intervenções *nudges* é remodelar a arquitetura de escolha de modo tal que os vieses cognitivos sejam neutralizados. As intervenções *nudges* colocam o comportamento das pessoas em determinadas direções estabelecidas pelos próprios indivíduos, que têm, por sua vez, total liberdade para mudar de direção (SUNSTEIN, 2014).

¹³ O leitor interessado poderá ter mais informações acerca dos *insights* comportamentais para políticas públicas em: <https://www.povertyactionlab.org/>.

Uma abordagem mais pragmática para programas sociais está em garantir um mínimo de proteção social para os pobres, nos termos de Sen (2012). O microcrédito, programas de transferência condicionada de renda, serviços de educação, infraestrutura e saneamento básico, políticas de geração de emprego e renda e medidas de saúde preventiva, podem gerar impactos positivos nos domínios cognitivo e psicológico, reduzindo o estresse da vida diária dos mais pobres (WDR, 2015).

No Brasil, por exemplo, o Programa Bolsa Família se compõe como uma política pública que pode ser analisada através de ferramentas da economia comportamental: o auxílio em dinheiro é dado supondo que os seus beneficiários fariam escolhas racionais e ótimas, mas é reforçado por condicionalidades, envolvendo o monitoramento efetivo da educação e saúde das crianças beneficiárias (RAMIRO; FERNANDEZ, s.d.). Assim, ao trazer a educação e a saúde para o foco de atenção das famílias, espera-se que elas possam tomar melhores decisões de longo prazo, rompendo com o ciclo da pobreza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários estudos em economia comportamental, envolvendo experimentos de campo, têm auxiliado os economistas a investigar os aspectos motivacionais e cognitivos do fenômeno pobreza. A pesquisa comportamental tem contribuído para desvendar mecanismos causais relevantes no processo decisório individual daqueles que vivem em condições de escassez. Em virtude disso, as pesquisas recentes sugerem que vieses cognitivos podem ser potencializados pela condição de pobreza. Ou seja, a situação de escassez pode distorcer a qualidade do processamento da informação na tomada de decisão, prejudicando a habilidade de planejar e obter melhores resultados futuros.

Nessa perspectiva, as políticas públicas também devem ser concebidas de tal forma a levar em conta as dimensões não monetárias da pobreza, com o objetivo de agir sobre as barreiras cognitivas dos indivíduos, para superá-las ou pelo menos atenuá-las. Ao se definirem as regras de um programa de superação da pobreza, é fundamental considerar os erros que podem ser cometidos pelos beneficiários,

estabelecer mecanismos para evitá-los e, ainda, definir rotas de correção para que os beneficiários sejam capazes de cumprir com todos os seus requisitos.

De forma pragmática, este artigo sugere que as sobrecargas cognitivas e emocionais da pobreza podem ser amenizadas a partir de políticas sociais que busquem gerar níveis mínimos de proteção social. Na perspectiva da economia comportamental, essas políticas são imprescindíveis para oportunizar a expansão das aspirações e a redução dos níveis de estresse, ampliando, assim, a capacidade de tomada de decisão das pessoas que vivem em privação no mundo econômico real.

No Brasil, a ciência comportamental ainda é pouco utilizada na formulação das políticas públicas. A agenda de pesquisa dos ganhadores do Nobel em Economia de 2019 e as descobertas empíricas de tantos outros pesquisadores em economia comportamental podem contribuir e orientar os economistas brasileiros a avançar sobre um novo conjunto de abordagens do desenvolvimento, tendo em vista os estudos de campo para o combate à pobreza.

Portanto, aprofundar o conhecimento sobre a pobreza multidimensional e vieses comportamentais nas condições brasileiras permitiria aos economistas dissecarem os mecanismos ou processos de tomada de decisões entre os pobres, auxiliando o indivíduo a exercer melhor sua liberdade de escolha e, ao mesmo tempo, ajudaria na formulação de políticas públicas mais efetivas.

REFERÊNCIAS

ALEEM, I. Imperfect Information, Screening, and the Costs of Informal Lending: A Study of a Rural Credit Market in Pakistan, 4(3), 329-349. *World Bank Economic Review*, 1990.

ALLARD, S. W. *Access to Social Services: The Changing Urban Geography of Poverty and Service Provision*. Washington, DC: Brookings Foundation, 2004.

ALSOP, R., BERTELSEN, M.F., & HOLLAND, J. Empowerment in Practice: *From Analysis to Implementation*. Washington, DC: World Bank Directions in Development, 2006.

APPADURAI, A. The capacity to Aspire: culture and the terms of recognition. In.: Rao, V. & Walton M. *Culture and Public Action*. Washington, DC: Stanford University Press, 2004.

ARKELOF, George A. Social Distance and Social Decisions. *Econometrica*, v. 65, n. 5, p. 1005-1027, 1997.

ASHRAF, N., KARLAN, D. & YIN, W. Tying Odysseus to the Mast: evidence from commitment savings products in the Philippines. *Quartely Journal of Economics*, p. 635-672, 2006.

ÁVILA, F., & BIANCHI, A. M. *Guia de Economia Comportamental e Experimental*. São Paulo, 2015.

BANERJEE, A.; MULLAINATHAN, S. The Shape of Temptation: Implications for the Economic Lives of the Poor. *NBER Working Paper* 15973, 2010.

BANERJEE, A., & DUFLO, E. *A Economia do Pobres: repensar de modo radical a luta contra pobreza*. Lisboa: Temas & Debates, 2012.

BANERJEE, A., & DUFLO, E, Esther. *Boa economia para tempos difíceis*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

BAUMEISTER, R. F., BRATSLAVKY, E., MURAVEN, M., & TICE, D. M. Ego-Depletion: Is the Active Self a Limited Resource? *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(5), p. 1252-1265, 1998.

BECK, Thorsten., DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli., & LEVINE, Ross. Finance, inequality and the poor. R. *Journal of Economic Growth*., p. 12: 27. 2007. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs10887-007-9010-6.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BEHAVIOURAL INSIGHTS TEAM. *Mindspace: Influencing behaviour through public policy*. London: Cabinet Office/Institute for Government, 2010. Disponível em: https://casaa.org/wp-content/uploads/Behaviour-Change-Insight-Team-Annual-Update_acc.pdf. Acesso em: 8 jul. 2019.

BERTRAND, Marianne; MULLAINATHAN, Sendhil., & SHAFIR, Eldar. A Behavioral-Economics View of Poverty. *American Economic Review*, 94(1): p. 419-423, 2004.

CAMERER, C. F., & LOEWENSTEIN, G. Behavioral Economics: Past, Present, Future. In: Camerer, Colin F; Loewenstein, George; Matthew, Rabin. *Advances in Behavioral Economics*. Princeton University Press, p. 22-27, 2004.

CAMPOS FILHO, Antônio Claret; PAIVA, Luís Henrique. *Insights comportamentais e políticas de superação da pobreza*. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 60, 2017. Série Research Brief. n. 60.

- CARVALHO, L. S., MEIER, S., & WANG, S. W. Poverty and economic decision-making: evidence from changes in financial resources at payday. *American Economic Review*, 106(2), p. 260-84. 2016.
- CASE, A., & DEATON, A. Health and well-being in Udaipur and South Africa. NBR Book Series: *Developments in the Economics of Aging*, 317, 2009.
- CHEN, E., COHEN, S., & MILLER, G. E. How Low Socioeconomic Status Affects 2-Year Hormonal Trajectories in Children. *Psychological Science*, 21(1), 31-37, 2010.
- COCHRAN, D. B., WANG, E. W., STEVENSON, S. J., JOHNSON, L. E., & CREWS, C. Adolescent occupational aspirations: test of Gottfredson's theory of circumscription and compromise. *Career Development Quarterly*, 59(5), p. 412-427, 2011.
- COHEN, S., DOYLE, W. J., & BAUM, A. Socioeconomic Status Is Associated With Stress Hormones. *Psychosomatic Medicine*, 68(3), p. 414-420, 2006.
- CORNELISSE, S., Ast, V., HAUSHOFER, J., SEINSTRA, M., & JOELS, M. Time-dependent effect of hydrocortisone administration on international choice. *SSRN Working Paper Series*. 2014.
- DATAFOLHA. Pesquisa sobre imediatismo brasileiro. *Folha de São Paulo*. Instituto de Pesquisa Data Folha. São Paulo, p. A13, 11 dez. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1942232-levantamento-revela-imiatiismo-e-baixa-tendencia-a-poupanca-do-brasileiro.shtml>. Acesso em: 25 jan. 2018.
- DEAN, E. B., SCHILBACH, F., & SCHOFIELD, H. Poverty and Cognitive Function. In: *The Economics of Poverty Trap*. Chapter. 2017. Disponível em: <http://www.nber.org/chapters/c13830.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.
- DELLAVIGNA, Stefano. Psychology and Economics: evidence from field. *Journal of Economic Literature*, 472, p. 315-372, 2009.
- DHAMI, Sanjit. *The Foundations of Behavioral Economic Analysis*. United Kingdom: Oxford University Press, p. 568-604, 2016.
- DUFLO, Esther. *Human values and the design of the fight against poverty*. Tanner Lecture, May 2012. Disponível em: https://www.povertyactionlab.org/sites/default/files/documents/TannerLectures_EstherDuflo_draft.pdf. Acesso em: 17 mar. 2017.

DUPAS, P., & ROBINSON, J. Why Don't the Poor Save More? Evidence from Health Savings Experiments. *American Economic Review*, 103(4), p. 1138-1171, 2013.

EVANS, G. W., FULLER-ROWELL, T. E., & DOAN, S. N. Childhood cumulative risk and obesity: the mediating role of self-regulatory ability. *Pediatrics*, 129(1), p. 68-73, 2012.

EVANS, G. W., & ENGLISH, K. The Environment of Poverty: Multiple Stressor Exposure. *Child Development*, 73(4), 1238-1248, 2002.

FELL, Ben; HEWSTONE, Miles. Psychological Perspectives on Poverty. *Joseph Rowntree Foundation Report*. June 2015.

FLECHTNER, Svenja. *Aspiration and the persistence of poverty and inequalities*. Dissertation. Internationatinales Institut für Management und ökonomische Bildung. Erlangung des Doktorgrades der Wirtschaftswissenschaften, 2016.

FREDERICK, S., LOEWENSTEIN, G., & O'DONOGHUE, T. Time Discounting and Time Preference: a critical review. In.: C. F. Camerer, G. Loewenstein, & R. Matthew. *Advances in Behavioral Economics*. Princeton University Press, 2004.

GALAB, S., VENNAM, U., KOMANDURI, A., BENNY, Liza, & GEORGIADIS, A. The Impact of Parental Aspirations on Private School Enrollment: Evidence from Andhra Pradesh, India. *Young Lives Working Paper*, 97, 2013.

GALBRAITH, J. K. *A Natureza da Pobreza das Massas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

GARRIOTT, P. O., FLORES, L. Y. and MARTENS, M. P. Predicting the math/science career goals of low-income prospective first generation college students. *Journal of Counseling Psychology*, 60(2), p. 200-209, 2013.

GLANNERSTER, Rachel; TAKAVARASHA, Kudzai. *Running Randomized Evaluations: a practical guide*. Princeton University Press, 2013. p. 1-23.

GORE, J., HOLMES, K., SMITH, M., SOUTHGATE, E., ALBRIGHT, J. Socioeconomic status and the career aspirations of Australian school students: testing enduring assumptions. *Australian Educational Researcher*, 42(2), p. 155-177, 2015.

GUTMAN, L. M., & SCHOON, I. Correlates and consequences of uncertainty in career aspirations: gender differences among adolescents in England. *Journal of Vocational Behavior*, 80(3), p. 608-618, 2012.

HARRISON, G. W., LAU, M. I., WILLIAMS., & MELONIE, B. Estimating Individual Discount Rates in Denmark: A Field Experiment. *American Economic Review*, 92(5), p. 1606-1617, 2002.

HAUSHOFER, J., & FEHR, E. Sobre a Psicologia da Pobreza. In: A.M. Bianchi & F. ÀVILA (Org.). *Guia de Economia Comportamental e Experimental*. São Paulo: Economia Comportamental, 2015. p. 140-155.

HAUSHOFER, J., & SHAPIRO, J. Household response to income changes: Evidence from an unconditional cash transfer program in Kenya. *Massachusetts Institute of Technology. Working Paper*, 2013.

HAUSHOFER, J., LAAT, J., & CHEMIN, M. Poverty raises levels of the stress hormone cortisol: evidence from weather shocks in Kenya. Working Paper, *Jameel Poverty Action Lab*, MIT, 2012.

IFCHER, J., & ZARGHAME, H. Happiness and Time Preference: The Effect of Positive in a Random-Assignment *Experiment*. *American Economic Review*, 101, 3109-3129, 2011.

JOHNSON, S. B., RICHESON, J. A., & FINKEL, E. J. Middle class and marginal? Socioeconomic status, stigma, and self-regulation at an elite university. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100(5), p. 838-52, 2011.

KAHNEMAN, Daniel. *Thinking, Fast and Slow*. New York: Paperback, 2013.

KARELLIS, Charles. *The Persistence of Poverty: why the economics of the well-off can't help the poor*. Yale University Press, 2007.

KARLAN, D., & APPEL, J. *Mais do que boas intenções*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KARLAN, Dean et al. Savings by and For the Poor: A Research Review and Agenda. Economic Growth Center Yale University Discussion Paper No. 1027. *Economics Department Working Paper* No.118, 2013.

LAIBSON, D. Golden Eggs and Hyperbolic Discounting. *Quarterly Journal of Economics*. 62(2), p. 443-478, 2007.

LEE, J. O., HILL, K. G., & HAWKINS, J. D. The role of educational aspirations and expectations in the discontinuity of intergenerational low-income status. *Social Work Research*, 36(2), p. 141-151, 2012.

LEHTO, E., KONTTINEN, H., JOUSILAHTI, P., & HAUKKALA, A. The role of psychosocial factors in socioeconomic differences in physical activity: a population-based study. *Scandinavian Journal of Public Health*, 41(6), p. 553-559, 2013.

LERNER, Jennifer S; LI, Ye; WEBER, Elke, U. The Financial Cost of Sadness. *Psychological Science*, 24(1), 2012.

LEWIS, Oscar. *The Culture of Poverty*. Scientific American, v. 215, n. 4, p. 19-25, 1966.

LI, L., POWER, C., KELLY, S., KIRSCHBAUM, C., & HERTEZMAN, C. Life-Time Socio-Economic Position and Cortisol Patterns in Mid-Life. *Psychoneuroendocrinology*. 32, p. 824-833, 2007.

LOEWENSTEIN, G., & PRELEC, D. Anomalies in Intertemporal Choice: evidence and interpretation. In: G. Loewenstein, & J. Elster (Ed.). *Choice over Time*. New York: Russell Sage Foundation, p. 119-146, 1992.

LUND, C., BREEN, A., FLISHER, A. J., KAKUMA, R., CORRIGALL, J., JOSKA, A. J. A., SWARTZ, L., & PATEL, M. Poverty and Common Mental Disorders in Low and Middle Income Countries: *A Systematic Review, Social Science & Medicine*, v. 71, n. 3, p. 517-528, 2010.

LUPIEN, S. J., KING, S., MEANEY, M. J., & MCEWAN, B. S. Can Poverty Get Under Your Skin? Basal Cortisol Levels and Cognitive Function in Children from Low and High Socioeconomic Status. *Developmental Psychopathology*, 2001, 13, p. 651-674, 2001.

MANI, A., MULLAINATHAN, S., SHAFIR, E., & ZHAO, J. Y. Poverty impedes cognitive function. *Science*, 341, Agosto, 976-80, 2013.

McCOY, D. C., CONNORS, M. C., MORRIS, P. A., YOSHIKAWA, H., & A. H. Neighborhood economic disadvantage and children's cognitive and social-emotional development: exploring head start classroom quality as a mediating mechanism. *Early Childhood Research Quarterly*, 32, p. 150-159, 2015.

MEIER, S., & SPRENGER, C. Discounting Financial Literacy: Time Preferences and Participation in Financial Education Programs. Working paper. *Microenterprise Program in Zimbabwe: Baseline Findings* (March). AIMS working, 2009.

MISCHEL, W. *The marshmallow test: why self-control is the engine of success*. New York, NY: Little Brown, 2014.

MOYNIHAN, D. P. The negro family: the case for national action. Washington, DC: *Office of Policy Planning and Research*, US Department of Labor, 1965.

MULLAINATHAN, S., & SHAFIR, E. *SCARCITY: why having too little means so much*. Picador, 2013.

MULLAINATHAN, S., & SHAFIR, E. Savings Policy and Decision making in Low-Income Households. *National Poverty Center*, nº 24, Nov. 2010.

NGUYEN, Trang. 2(008). *Information, Role Models and Perceived Returns to Education: Experimental Evidence from Madagascar*. Unpublished Manuscript. Disponível em: <https://www.povertyactionlab.org/sites/default/files/documents/Nguyen%202008.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2019.

NUSSBAUM, Martha. *Creating Capabilities: the human development approach*. Harvard University Press, 2011.

PALUCK, Elizabeth Levy., & SHEPHERD, Hana. The Salience of Social Referents: A Field Experiment on Collective Norms and Harassment Behavior in a School Social Network. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 103, n. 6, 899-915, 2012. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/fulltext/2012-25102-001.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2019.

PERETTI-WATEL, P., L'HARIDON, O., & SEROR, V. Time preferences, socioeconomic status and smokers' behaviour, attitudes and risk awareness. *European Journal of Public Health*, 23(5), p. 783-788. 2013. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23345320>. Acesso: 24 jul. 2019.

PETERSON, C., MEIER, S., & SELIGMAN, M. *Learned helplessness: A theory for the age of personal control*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

PHELPS, E. S., & POLLAK, R. A. On Second-Best National Saving and Game-Equilibrium Growth. *Review of Economic Studies*. 35, p. 185-199, 1968.

PRINA, Silva. Banking the Poor via Savings Accounts: Evidence from a Field Experiment. *Yale Economics Working Paper*, 2013.

QUIDT, Jonathan., & HAUSHOFER, Johannes. Depression for Economists. *National Bureau of Economic Research*. Working Paper 22973. Dec. 2016. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w22973>. Acesso em: 3 nov. 2019.

RAMIRO, Thomás; FERNANDEZ, Ramon, G. *Economia Comportamental como ferramenta de Políticas Públicas: analisando o Programa Bolsa Família*. Centro de Estudos e Finanças: FGV, [2019]. Disponível em: https://cef.fgv.br/sites/cef.fgv.br/files/11_economia_comportamental_como_ferramenta_de_politicas_publicas.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

SCHOON, I. Parental worklessness and the experience of NEET among their offspring. Evidence from the Longitudinal Study of Young People in England. *LSYPE: Longitudinal and Life Course Studies*, 5(2), p. 129-50, 2014. Disponível em: <http://www.llcsjournal.org/index.php/llcs/article/view/279/296>. Acesso em: 23 jul. 2019.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya Kumar. *Desigualdade Reexaminada*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SHAH, A. K.; MULLAINATHAN, S.; SHAFIR, E. Some consequences of having too little. *Science*, v. 338, p. 682-685, Nov. 2012.

SOBEL, Joel. Interdependent Preferences and Reciprocity. *Journal of Economic Literature*. v. 43, n. 2, p. 392-436, May 2005.

SPEARS, Dean. Economic decision-making in poverty depletes behavioral control. The B.E. *Journal of Economic Analysis & Policy*. v. 11, 2011,

STROTZ, R. H. Myopia and Inconsistency in Dynamic Utility Maximization. *Review of Economic Studies*, 23(3), p. 165-180, 1956.

SUNSTEIN, C. *The Ethics of Nudging*. Nov. 2014. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2526341. Acesso em: 12 set. 2020.

TAZOUTI, Y. & JARLEGAN, A. Socio-economic status, parenting practices and early learning at French kindergartens', *International Journal of Early Years Education*, 22(3), p. 287-300, 2014.

THALER, Richard. *Misbehaving: the making of behavioral economics*. Norton & Company, 2016.

TRAIL, T. E., KARNEY, B. R. What's (not) wrong with low-income marriages. *Journal of Marriage and Family*, 74(3), p. 413-27, 2012.

TYNKKYNEN, L., VUORI, J., SALMELA-ARO, K. The role of psychological control, socioeconomic status and academic achievement in parents' educational aspirations for their adolescent children. *European Journal of Developmental Psychology*, 9(6), p. 695-710, 2012.

VESTERGAARD, Michala Iben Riis; AST, Vanessa Van; CORNELISSE, Sandra; JÖELS, Marian; HAUSHOFER, Johannes. 2018. The effect of hydrocortisone administration on intertemporal choice. *Psychoneuroendocrinology*, 88, 173-182, 2018.

WANG, W., RIEGER, M. O., & HENS, T. How Time Preferences Differ: Evidence From 53 Countries. *Journal of Economics Psychology*, Forthcoming, 2016.

WATTS, T. W., DUNCAN, G. J., & QUAN, H. Revisiting the marshmallow test: a conceptual replication Investigating Links Between Early Delay of Gratification and Later Outcomes. *Psychological Science*, 1-19. 2018.

WDR - World Development Report. *Mind, Society and Behavior*. (2015). Washington, DC: World Bank. DOI: 10.1596/978-1-4648-0342-0, 2015. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2015>. Acesso em: 10 nov. 2019.

WHO - World Health Organization. *Fact Sheet on Depression*. 2017. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs369/en/>. Acesso em: 1 jan. 2018.

WILSON, W. J. *The Truly Disadvantaged: the inner city, the underclass, and public policy*. 2. ed. London: University of Chicago Press, 2012.

YAMAUCHI, Futoshi. Social learning, neighborhood effects, and investment in human capital: Evidence from Green-Revolution India'. *Journal of Development Economics*, 83(1): 37-62, 2007.

Autor correspondente:

Fernando Sérgio de Toledo Fonseca
fernandofonseca@mail.uft.edu.br

Recebido em: 14/11/2019

Aceito em: 11/07/2020